

A REGENERAÇÃO

Fundadores: Drs. José Martinho Simões, Manuel Simões Barreiros e Prof. João António Semedo

Publica-se nos dias 1 e 15 de cada mês

Propriedade de: Dr. Alberto Teixeira Forte
Edição, comp. e impressão na Papeltipo, L.da

DIRECTOR
DR. ALBERTO TEIXEIRA FORTE

Redacção e Administ. — Rua Dr. Martinho Simões
TELEFONE 4 23 13 — Figueiró dos Vinhos

A Democracia não se improvisa constrói-se com trabalho e ordem

Muito se tem dito e escrito durante os últimos meses sobre o conceito de Democracia.

Muitos gritos temos ouvido de vivas à Democracia, de «Eu sou democrata, sempre o fui», etc, etc.

Todos estamos empenhados em que se viva uma vida Democrática, para a conquista de um ambiente social e económico, em que reine a Paz e a Justiça Social — tudo conducente à felicidade de todos os homens.

É legítima a grande ânsia de harmonia, de ordem e de trabalho, que redunde na melhoria da vida dos portugueses que conduza ao seu progresso material e moral e ao seu bem-estar social.

Ansiamos uma vida melhor, queremos um Portugal renovado, e é em vista a ele que se planeou e se desenrola o processo revolucionário em curso, que tem a orientá-lo e a impulsioná-lo os mais sãos princípios Democráticos.

No que temos visto, ouvido e observado, em nosso redor, é com profunda mágoa, com angústia mesmo, que o dizemos, muitos dos que se apregoam Democratas, que gritam «Viva a Democracia!», são os mais anti-democratas, que só contribuem, com a acção, para destruir a Democracia, emperrando, assim, criminosamente, o progresso revolucionário, que se opera em Portugal.

Na verdade como poderá progredir a evolução para uma Democracia autêntica com «Democratas», que em vez da união com os seus semelhantes, fomentam a desunião, que em vez de compreensão fazem germinar e alimentar o ódio entre os seus vizinhos, que em vez de tolerância e respeito pelo pensamento e pelas ideias dos outros lutam e quebram lanças para impor a sua vontade, o seu capricho, a sua maneira de pensar?!!!

Como poderá progredir a Democracia com «Democratas» que parecem ter como preocupação única o injuriar e difamar os outros e se dedicam totalmente ao ócio, nada fazendo em benefício da Sociedade de que fazem parte?!!!

E há tantos que assim procedem...

Pois, assim não. Assim será morosa a marcha para atingirmos a verdadeira Democracia.

Diremos, como Rolão Preto, em «Beira Baixa» de 10 do Corrente:

«A Democracia — já se disse — é o Homem. E dentro do Homem na sua incessante transformação no caminho da solidariedade, da compreensão dos homens, no seu anseio de Justiça, é dentro do homem, no seu coração e no seu espírito, na sua consciência que a Revolução terá de ser feita».

T. F.

OCUPAÇÃO DE CASAS: Justiça social ou oportunismo?

Poucos dias após o 25 de Abril começaram a verificar-se os primeiros casos de ocupação de casas por parte de grupos de pessoas vivendo predominantemente em bairros de lata.

Este fenómeno que, inicialmente, quase se limitou a Lisboa e arredores, foi-se progressivamente alargando

a outras regiões do País e não só cidades.

Porquê estas ocupações «aparentemente» ilegais? Como situá-las e julgá-las?

— Cerca de 130 mil famílias portuguesas vivem em condições deficientes de habitações, pelo que é urgente uma resposta a este problema, a fim de que todos possam dispôr de uma casa necessária e digna.

— Só na cidade de Lisboa, mais de 90 mil pessoas vivem em cerca de 20 mil barracas, sem um mínimo de condições humanas.

Há famílias de três e mais pessoas a viverem num único quarto.

— Os preços das rendas continuam a ser impossíveis para grande número de famílias, cujos rendimentos não podem suportar tal despesa com a habitação.

— Ao mesmo tempo, verifica-se a existência de casas

ou andares desabitados, grandes edifícios sub-ocupados com uma ou duas pessoas. Nestes casos incluem-se as situações em que os proprietários se encontram no País e têm outras moradias e não as dos trabalhadores emigrantes que conservam cá a sua habitação para as suas férias e regresso.

— Uma habitação condigna significa ter um lugar de abrigo e defesa contra os elementos do tempo, um espaço para descanso, encontro e convivência em família e para acolhimento dos outros, um espaço de liberdade e realização pessoal, onde orienta, dispõe e trabalha inteiramente a seu gosto pessoal.

— Habitar uma casa compromete as pessoas local, social e politicamente, pois origina e alimenta relações de vizinhança e solidariedade de colaboração no estudo e resolução dos problemas que atingem os habitantes da rua, do bairro, do lugar, da freguesia, participando assim na vida da comunidade a que pertence.

— Uma casa acolhedora atrai as pessoas, desviando-as de locais, por vezes, perigosos, e favorecem a experiência da vida em pequena comunidade aberta aos outros.

— Presentes estes valores, cabe perguntar: serão as situações de injustiça social no campo da habitação consequência do egoísmo, da falta de sentido do outro, da acomodação de maneiras tradicionais de viver, aceitando passivamente os grandes desequilíbrios em que alguns podem ter muitíssimo ou muito e outros, a grande maioria, se deve ou pode contentar-se com pouco ou muito pouco ou quase nada?

— «O ser humano tem direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida: tais são especialmente a nutrição, o vestuário, a moradia, o repouso, a assistência sanitária os serviços sociais indispensáveis; (P. T., 11).

— O Evangelho, ao ensinar-nos a caridade, inculca-nos o respeito privilegiado

A Regeneração

Por circunstâncias várias, bem estranhas à nossa vontade, fomos forçados a interromper a publicação deste jornal, durante alguns meses.

Do facto pedimos desculpa a todos os nossos presados assinantes, colaboradores e amigos, aos quais apresentamos as nossas melhores saudações.

Eleições para a Assembleia Constituinte

Como em todo o País, também neste Concelho foi grande a afluência de votantes nas últimas Eleições, que tiveram lugar no dia 25 de Abril para a Assembleia Constituinte.

Como é do conhecimento

geral, foi o Partido Socialista o mais votado, a nível Nacional.

Neste Concelho, o Partido Popular Democrático obteve notável maioria de votos e o resultado foi, por freguesias o seguinte:

Partidos	FREGUESIAS				Total
	Aguda	Arega	Campêlo	Figueiró	
P P D	779	574	229	1.537	3.119
P S	176	136	171	651	1.134
C D S	28	14	7	174	196
P C P	23	14	18	87	142
MDP/CDE	13	15	4	59	91
U D P	9	8	6	33	56
M E S	4	15	7	25	51
F S P	4	5	9	23	41
F E C	4	7	4	14	29
L C I	6	0	4	10	20

A votação dos imigrantes, que foi conhecida ultimamente, foi favorável ao P. P. D.

1.º DE MAIO DIA DO TRABALHADOR

Por iniciativa da Casa do Povo deste Concelho e com a colaboração da Câmara Municipal, partidos políticos, filarmónica Figueirense, Associação Desportiva e Bombeiros Voluntários, foi comemorado, nesta vila, o dia do Trabalhador, no dia 1 do corrente

A festa teve início com uma sessão, na sede da Casa do Povo, a que acorreu numerosa população, que viveu um ambiente de sã alegria.

(Cont. na pág. 2)

Os Superintendentes

Por JOSÉ GARCIA

Há uma abundante seita — a dos superintendentes — que, mesmo quando se inspira em «Bíblia» antagónicas, apresenta uma característica constante, comum a sectores que se guerreiam: uma capacidade única e infalível para salvar o mundo. A tal seita pertencem os homens providenciais, os que chegam à cúpula e os que se julgam aptos para a cúpula, os do vértice da pirâmide e os trepadores que a morte surpreende, tantas vezes, em carreira ascensional.

De homens providenciais deveríamos todos estar fartos. Fartos e cientes de que Salazar, Franco, Hitler, Mussolini, De Gaulle, Peron, etc. são muito menos providenciais do que rezou a propaganda dos respectivos tempos e países em que lhes foi possível reinar. Menos providenciais, porque esses políticos, se bem que em circunstâncias diversificadas, são resultantes duma certa crise da democracia dita burguesa. Menos providenciais, ainda pelo facto de terem delineado políticas destinadas a agudizarem antagonismos. De modo que o providencialismo de tais personagens nunca ultrapassou o primarismo da força, a execução de planos tantas vezes catastróficos. Analisados de perto, nas suas concepções do poder, da ordem, da força, na incapacidade de resolverem realmente os conflitos dum povo e dum tempo, tais homens providenciais são maus sapateiros-remendões, que utilizaram as polícias e os exércitos para coserem buracos que as contradições produzem. Com o andar do tempo, toda a obra assim remendada volta a rebarbear e cria-se a exigência infernal de mais remendos e... quem vier depois que feche so portais.

Esses superintendentes deixam sempre uma péssima herança. Quanto mais longo foi o seu reinado, mais tempo tiveram para criar outros superintendentes. Quando desaba a ordem apodrecida que legaram, a sociedade está cheia de aspirantes-a-homens-providenciais. Acontece, por vezes, a própria noção de cidadania, à força de vilipendiada pelo ditador, ressurgir, na voz pseudo-libertadora dos novos superintendentes, como um chavão desprovido de conteúdo efectivo, um vocábulo para se acenar às massas despolitizadas. Isto quando, na linguagem dos novos superintendentes, ainda subsiste uma certa consideração pela cidadania. Na linguagem dos mais exaltados, «cidadania» parece uma noção liquidada.

Assim como, para grande parte dos nossos ideólogos, o «purguês» não parece ser o detentor dos meios de produção, mas simplesmente alguém com quem se embirra por divergência de estilo, também a «cidadania» parece baralhada a torto e a direito com a concepção de «democracia burguesa». E bom seria que alguém explicasse que essa premeditada, então é simples estupidez!) pretende criar o falso dilema entre ou ditadura do proletariado ou democracia burguesa, escondendo-se que a formulação desta relação já se encontra viciada na base. Querem impingir-nos que os interesses dos trabalhadores são incompatíveis com a liberdade. Quando afinal só em liberdade se podem defender os interesses de quem não possui rendimentos, meios de produção ou — atenção! o poleiro burocrático a que aspiram os novos superintendentes.

Atacam alguns as eleições com o pretexto de que estás só servem a «democracia burguesa». Atacam outros as mesmas eleições, repudiando qualquer conteúdo da palavra «liberdade». Admitem outros que as eleições não são mais do que uma fase transitória no caminho para não se sabe bem o quê. Estes últimos, implicitamente, já nos fazem a brilhante promessa de nos dispensarem de votar, mais dia menos dia. E quem governa nesse brilhante futuro? Um núcleo de superintendentes, ou seja, os próprios oradores que detêm o monopólio da verdade e da justiça, embora se exprimam em péssimo português, insultando os mais elementares princípios da lógica.

A acreditarmos na boa-fé de tanta propaganda, ficamos convencidos de que Portugal é um país cheio de potencialidades. Resta saber se não ficará sempre — como dizia Fernando Pessoa — «aquele que tinha qualidades». Para já, o país parece demasiado pequeno para a acção de tantos génios salvadores. É muito fácil, todavia, falar-se em «transformar o mundo». Não há ideólogo que se preze que não largue, aqui e ali, essa expressão. Perguntem a um partido mais à direita se ele não vai transformar o mundo. Claro que vai! Depois vão fazendo a mesma pergunta por centros e esquerdas. Claro que vão! E contudo, há nesta história de transformar o mundo uma falha de extrema simplicidade, uma espécie de ovo de Colombo: transformar o mundo mas em quê?

O resultado duma transformação do mundo operada sob o signo da demagogia é um cómico irresistível. Em Portugal, o homem que mais transformou o ensino — para escolhermos um exemplo recente — foi o ex-ministro Veiga Simão. Abriu escolas, transformou liceus, até inventou

(Cont. na pág. 2)

Campanha de produção de Milho

Segundo uma nota do Ministério da Agricultura, o abastecimento do mercado em milho faz-se fundamentalmente através de grandes importações deste cereal. Estas importações devem-se à baixa produção nacional e às crescentes necessidades do consumo, sendo a indústria das rações a maior cliente.

Em 1974 o milho importado atingiu cerca de um milhão e cem mil toneladas com um valor superior a 4 milhões de contos. Em face desta situação de dependência do exterior que, para além de outros inconvenientes, representa um gasto de divisas considerável, entendeu o Governo chamar a atenção para este grave problema dirigindo aos agricultores um apelo no sentido de se intensificar a produção de milho.

Reconhece, entretanto, o Governo que se torna necessário apoiar os pequenos e médios agricultores que nas áreas tradicionais da cultura do milho representam quase a totalidade. Esse apoio vai ser dado através de um preço de garantia de 5\$00 por quilo de milho entregue no Instituto de cereais e de facilidades de crédito para a compra de adubos, sementes, pesticidas e pequenos equipamentos, garantindo também o Governo a continuidade da política a seguir nos próximos anos para o aumento da produção nacional deste cereal.

Está-se, portanto, perante um problema que se insere na política global de reconstrução nacional proposta pelo M.F.A. e o Governo Provisório, que no caso particular do milho visa intensificar a sua produção.

Chama-se, por isso, a atenção dos senhores agricultores para a necessidade de usarem boas sementes, fazerem adubações equilibradas e regarem bem. Estes factores de produção aliados a bons grangeiros terão uma influência decisiva no resultado das colheitas de milho.

O Ministério da Agricultura vai acompanhar de perto os agricultores fazendo-lhes chegar outros esclarecimentos com a devida oportunidade. Os agricultores devem também procurar interessar-se sobre o que se passa, pois numa conjugação de esforços poderá encontrar-se o melhor rumo que sirva o interesse dos agricultores e do País.

IMPOSTO FLORESTAL

Foi publicado um decreto do Ministério das Finanças que cria um novo imposto sobre os terrenos florestais. Segundo as primeiras notícias, incidirá sobre cada hectare de terreno de mata de pinheiros ou de eucaliptos uma taxa de 10\$00.

OCUPAÇÃO DE CASAS:

Justiça social ou oportunismo?

(Cont. da pág. 1)

pelos pobres e faz-nos ver a sua situação particular na sociedade: os mais favorecidos devem renunciar a alguns dos seus direitos, para poderem colocar, com mais liberalidade os seus bens ao serviço dos outros. Se, efectivamente, para além das regras jurídicas, falta um sentido profundo do serviço de outrem, mesmo a legalidade perante a lei poderá servir de alibi para flagrantes discriminações, para se manterem explorações e para um desprezo efectivo». (Octogésima Adveniam, 23).

— Acontece porém, que o facto de muitas casas ou andares não estarem a servir de habitação, que o mesmo é dizer a render socialmente, e se encontrarem numa situação de injustiça social,

não significa que possam ser ocupadas sem qualquer critério e independentemente de qualquer legislação adequada.

— Pois «sem uma renovação da educação, no que se refere a solidariedade, uma excessiva afirmação de igualdade pode dar aso a um individualismo em que cada qual reivindica os seus direitos, sem querer ser responsável pelo bem comum». (O. AD. 23).

— Importa e é necessário não seguir a política do facto consumado, mas definir critérios a respeitar, e ter presentes os direitos dos legítimos proprietários, no que se refere a justas rendas e indemnizações e evitar a todo o custo o oportunismo interesseiro de novos exploradores.

— É igualmente necessário definir imediatamente uma verdadeira e justa política da habitação, na qual a política de solos ocupa primíssimo lugar, não permitindo a vergonhosa e injusta especulação com os preços dos terrenos destinados à construção de casas.

— Tenha-se presente que, em ordem a resolver o problema habitacional do País, é necessário construir 90 mil fogos até 1980; que, o desenvolvimento da construção civil, ao mesmo tempo que resolve o gravíssimo problema habitacional, constitui um dos caminhos para a arrancada de uma nova fase da industrialização do País e para a luta contra o desemprego que atinge mais de 200 mil trabalhadores.

— Assim como não é justo que as casas não estejam a servir a comunidade, também não é justo nem humano que a sua ocupação se faça sem qualquer espécie de critérios e ao sabor de vinganças.

(Cont. na pág. 3)

SERVIÇO CÍVICO ESTUDANTIL

Todos os estudantes inscritos no Serviço Cívico Estudantil que estejam interessados em realizar no âmbito deste, animação junto das populações, ou dar apoio à montagem de instalações mínimas desportivas, ou participar no levantamento da carta desportiva, deverão contactar com as Delegações Distritais Direcção-Geral dos Desportos ou com a Comissão Coordenadora do Serviço Cívico Estudantil, Av. Miguel Bombarda, 20 r/c - Lisboa 1. No distrito de Lisboa poderão dirigir-se à Direcção Geral dos Desportos, Av. Infante Santo, 76 - 4.º Lisboa.

DIREITOS DO HOMEM

Da Declaração Universal dos Direitos do homem

ART.º 21

«Todos têm direito a tomar parte na direcção dos negócios públicos do seu país, directamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

A vontade do povo é fundamento da autoridade dos poderes públicos: essa vontade deve ser expressa mediante eleições honestas, a realizar periodicamente por sufrágio universal igualitário e escrutínio secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade do povo».

Do Concílio Vaticano II
«É plenamente con-

forme à natureza do homem que se encontrem estruturas jurídico-políticas que ofereçam cada vez mais a todos os cidadãos — e sem nenhuma discriminação — a possibilidade efectiva de participar activa e livremente no estabelecimento dos fundamentos jurídicos da comunidade, na gestão dos negócios públicos, na determinação do campo de acção e dos fins das várias instituições e na eleição dos governantes. Tenham, pois, todos os cidadãos presente o direito e, simultaneamente, o dever de usar o seu livre sufrágio para a num».

(G. S. 75)

Os Superintendentes

(Continuação da pág. 2)

universidades. Está tudo em bom funcionamento, não é verdade?... É que a demagogia, além de cómica, dispõe do poder de transformar o mundo num cesto de caranguejos. Tudo ali faz-que-anda-mas-não-anda e depois, como o espaço é pouco para animais dotados de tanta perna, a esplêndida barafunda que se gera mais impele os míseros mortais a erguerem as mãos para um ser providencial, humano ou sobre-humano, que os liberte do pandemônio. Será esse o triste fim que nos darão os superintendentes?

Para se reconhecer um superintendente, basta examinar-lhe a linguagem. Os superintendentes — podem ser só dois ou três — nunca falam de problemas concretos. Defendem as classes trabalhadoras, os soldados, os marinheiros e o povo. Esquecem-se todavia, de nos dizer se as classes trabalhadoras, os soldados, os marinheiros e o povo querem de facto ser defendidos por eles, com que armas, para quê e contra quem. Os superintendentes são pelo progresso, por um socialismo a definir, às vezes pela ditadura do proletariado. Esquecem-se, todavia, de nos dizer como vai ser feito esse progresso, de que cor é esse socialismo e, no caso da ditadura do proletariado, sobre quem se exerce essa ditadura... Porque, das duas uma: ou se liquida o «burguês», ou o «burguês» se torna proletário. Se se liquida o burguês, não há mais burguês para obedecer; se o burguês se torna proletário e a ditadura é do proletariado, então burguês-tornado-proletário é um dos ditadores. Os superintendentes dizem que vão organizar os trabalhadores. É estranho que nunca digam que compete aos próprios trabalhadores organizarem-se. Porque os superintendentes querem ser organizadores, isto é, constituírem a nova elite dirigente. E então «ditadura do proletariado» significará «ditadura dos superintendentes sobre o proletariado». Porque são esses superintendentes os que leram, os que têm os livros, os esclarecidos... Assim se diziam os condutores salazaristas. Mas que proletariado embarcará nessa aventura?...

Os superintendentes não dizem, as mais das vezes, coisa com coisa. Facilmente imaginamos o espanto e a perturbação daqueles que, sem biblioteca, sem politização, nunca tendo presenciado uma verdadeira campanha eleitoral, são bombardeados por tais discursos mal alinhavados. Como se não bastasse a barafunda divulgada durante vários meses por uma Informação que nunca é demais denunciar, Informação conduzida por incompetentes trepadores, oportunistas sem classificação profissional, que só aviltam os que honestamente se batem pela objectividade, que bem sabemos discutível, mas possível.

E quando os anjos velhacos nos vêm espicaçar o prurido patriótico com a campanha das calúnias que nos é movida no estrangeiro, com a injustiça da marginalização desportiva de que somos vítimas, com a conjura que nos vai roubar os turistas — que estilo! que memórias! que fascismo! — por que não olham os superintendentes para o seu próprio comportamento?... Quem tornou possível essa campanha? Que imagem colhe o leitor estrangeiro em boa parte da nossa Imprensa? Não colherá uma imagem percorrida pela histeria imbecil, desligada do real, recheada de chavões de mal alinhavada propaganda? No interesse de quem? Dos tachos dos manipuladores da opinião!

A incompetência tem o seu lado cómico. Mas, ao imaginar-mos que tais superintendentes poderão vir a elaborar as leis do futuro, não achamos graça nenhuma!

do «Jornal do Fundão», 3-4-75

O controle da temperatura e a ventilação nos locais de trabalho

A ventilação — quer se trate de ventilação geral ou de aspiração localizada do ar viciado — diz respeito, antes de mais, à higiene do trabalho. Ela reveste-se de uma certa importância, no que diz respeito à segurança, o mesmo se passando com a climatização.

As instalações de aspiração, por exemplo, permitem livrar a atmosfera das poeiras explosivas como as do alumínio, magnésio, amido, farinha, perigosos por meio de um sistema geral de ventilação; estes vapores podem, ainda, ser eliminados graças

a um sistema de aspiração.

A climatização permite evitar as temperaturas demasiado baixas ou elevadas as quais, como já foi provado predispõem os trabalhadores ao acidente.

As instalações de ventilação devem ser estudadas com o maior cuidado, sobretudo as de aspiração pois, quando mal concebidas podem ser mais prejudiciais do que a sua ausência total. Deverão, do mesmo modo, estar dispostas de tal maneira que o fumo, poeiras e vapores evacuados não possam atingir o trabalhador.

Campanha de produção de milho

Aos pequenos e médios agricultores:

O nosso País gasta anualmente muitos milhares de contos com as importações de milho o que pode ser atenuado se a produção for aumentada.

Se a sua terra é boa para a cultura deste cereal, então produza-o melhor e em maior quantidade servindo-se, para isso, dos incentivos que o Governo lhe está a conceder:

— Garantia de aquisição de toda a produção sã e seca, ao preço de 4\$00/Kg. para os pequenos e médios agricultores;

— Facilidades para a aquisição de sementes, adubos, pesticidas e de pequenos equipamentos agrícolas mediante empréstimos a baixo juro, sem hipotecas e a saldar com a venda da sua produção;

— Apoio através dos técnicos do Ministério da Agricultura, para os esclarecimentos necessários.

Contribua também para a reconstrução nacional, aumentando a produção de milho e para isso:

— Utilize sementes de boa qualidade;

— Adube bem, tanto antes da sementeira como nas adubações de cobertura;

— Aproveite bem as suas disponibilidades de água de rega;

— Realize todos os amanhos culturais na devida altura.

Lembre-se que aumentando a produção de milho lucrará o agricultor, lucrará o País, lucraremos todos nós.

É PRECISO SEMEAR MAIS MILHO

É PRECISO CULTIVÁ-LO MELHOR

ENSINO DE SEGURANÇA NA ESCOLA PRIMÁRIA

Em prosseguimento da campanha que o Centro de Prevenção e Segurança tem vindo a realizar junto das camadas mais jovens, no que se refere à criação de uma mentalidade de segurança e prevenção de acidentes, realiza-se, no próximo dia 5, pelas 10,30 horas, na Escola Primária de Ranholas mais uma sessão dedicada a este tema.

Assistirão todos os alunos da Escola da 1.ª à 4.ª classes, os quais tomarão parte activa na discussão de vários aspectos de prevenção, que lhe serão apresentados através de material audiovisual apropriado.

Entretanto, continua o Centro de Prevenção e Segurança interessado em colaborar com todas as Escolas que o solicitem directamente.

OCUPAÇÃO DE CASAS: Justiça social ou oportunismo?

(Cont. na pág. 2)

gas ou de motivações ideológicas.

— É necessário igualmente ter em conta que a resolução do problema habitacional

não se resume a essas atitudes mas vai muito mais longe, exigindo uma verdadeira política habitacional e um profundo espírito de solidariedade e compromisso de todos ao serviço de todos e cada um.

MÁQUINAS DE TRICOTAR BUSCH

Inteiramente metálicas c/ 420 agulhas, com a vantagem impar de

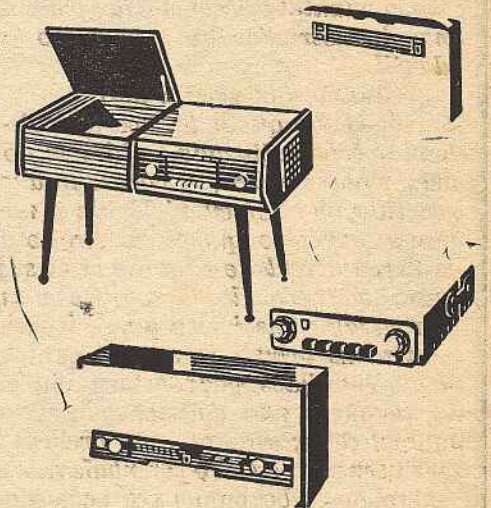
Aprendizagem ao Domicílio

Máquinas de Costura Restauradas com garantia DESDE 850\$00

Rádios, desde 140\$00

Televisores e Frigoríficos a Preços fora de toda a concorrência

Máquinas de Costura OLIVA super automáticas que fazem milhares de pontos e «ajour» Causam inveja ao seu possuidor.



Preços económicos

A Pronto — A prestações

Ourivesaria Lourenço

Telef. 4 21 05

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

PAPELTIPO - Sociedade Gráfica L. da



PAPELARIA

TIPOGRAFIA

PONTÃO — AVELAR

Prefira a execução dos seus trabalhos gráficos nesta casa

TELEF. 3 23 38

Perfeição e Rapidez



PÃO DE LÓ "BOAFATIA"

O MELHOR PÃO DE LÓ

MARCA REGISTRADA N.º 10848

ESPECIALIDADE REGIONAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

CONFEITARIA SANTA LUZIA

de A. C. CAMPOS — Telefone 42129

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

NACIONALIZAÇÃO DE BANCOS E COMPANHIAS DE SEGUROS

Há muito que o problema da nacionalização das principais fontes do poder económico andava no ar. Muitas pessoas não sabiam o que tal envolvia, outras não acreditavam nessa atitude profundamente política e radical,

outros, em menor número, tinham consciência do seu significado e temiam na, outros ainda sabiam o que queriam e lutavam por isso.

Porquê atitudes tão disparatadas e contraditórias até? Estava em jogo, por um

lado, o interesse egoísta de indivíduos e grupos em manter as forças económicas que lhes permitissem impôr condições às opções políticas governamentais e de partidos e inclusivamente influenciar todo o esquema de desenvolvimento da sociedade portuguesa; por outro, a luta para transformar esta estrutura económica de um pre-capitalismo desenfreado e explorador numa economia em que o Governo tenha realmente a liberdade de elaborar e realizar planos de desenvolvimento eficazes, através de um controle e domínio do capital; para a maior parte, a atitude situava-se na ignorância sobre os acontecimentos da vida da comunidade e na conseqüente demissão e marginalização face aos mesmos; finalmente, para muitos outros, a nacionalização dos bancos e companhias de seguros, representavam um risco, uma aventura perigosa e habituados à segurança cómoda, viviam no receio e insegurança.

Seria interessante que cada um daqueles que depositavam o seu muito ou pouco dinheiro nos bancos se perguntasse se alguma vez se interrogou sobre a forma como era empregado o fruto do seu suor? Não teria, por vezes, servido para acelerar, aprofundar ou continuar a sua própria exploração ou a dos outros seus companheiros no trabalho em benefício de uns poucos? Alguma vez pediu informações aos bancos sobre o uso do seu dinheiro?

Convém entretanto ter em conta o problema das indemnizações dos proprietários destes meios que foram nacionalizados. Até onde vão as exigências da justiça no domínio das indemnizações nestes casos? Qual foi o nível de justiça distributiva e social respeitada e promovida na actividade dos bancos e Companhias de Seguros? Em que medida deve constituir património da comunidade aquilo que, em grande parte, foi construído a partir de uma flagrantemente injusta retribuição do trabalho em comparação com o capital 30-40% e 60-70% respectivamente?

Uma leitura cristã do acontecimento deve situar-nos na perspectiva de cobrar o capital, finalmente, em termos de servir verdadeiramente os interesses da comunidade. Para isso, todavia, não se esqueça que devem ser os seus membros, o povo, e não apenas um grupo a definir as prioridades desses investimentos. Não se permita a distribuição e utilização desse capital que é de todos e para todos em benefício de grupos ou de projectos de grandeza discutíveis sem incidência directa no bem-estar das populações. Para isso, o povo deve ser informado sobre a

DO

PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO

Com o pedido de publicação o seguinte

COMUNICADO

A INTERSINDICAL, organização de cúpula não eleita democraticamente, antese evitando cuidadosamente eleições livres na organização sindical, de acordo com as suas dependências internacionais e nacionais, de ordem política e financeira, pretende uma vez mais manipular o Povo que diz servir.

Seis dias depois do povo português ter mostrado claramente a sua maturidade cívica e a sua opção, a «Intersindical» trai esse voto e essa escolha.

Inventa trabalhadores e partidos, onde não existem mais que grupúsculos sem significado nem expressão, apenas para ocultar, através de uma falsa imagem de movimentação de massas, o resultado livremente expresso pelo voto.

A «Intersindical», mais uma vez ao exclusivo serviço do Partido Comunista Português, quis organizar para este a Festa do Trabalho, como prémio de consolação ou reviravolta do resultado expresso pelo voto.

Pretende-se significar que o povo não está esclarecido. Que o voto nada significou. Que os trabalhadores — que são, no mínimo 3,2 milhões e nunca os 700.000 votantes no

utilização dos dinheiros e julgar, denunciar e impedir a sua má ou injusta utilização.

É absolutamente necessário este poder crítico da comunidade, de outra forma, em breve, estaremos em situações semelhantes ou paralelas ao passado.

Esta medida, vindo de encontro a reais possibilidades de crescimento mais em solidariedade e comunhão pode integrar-se nos desígnios de comunhão da história e do apelo e compromisso de Cristo para a comunhão e fraternidade humana. Por outro lado, destruindo as forças privadas do capital pode abrir claramente as portas a uma sociedade mais justa, mais livre, sem exploradores e explorados, sem opressores e oprimidos, a não ser que a opressão e exploração económica sejam substituídas pela ideológica.

Finalmente, a nacionalização das grandes forças do capital defensoras da ordem estabelecida, embora a último prazo, nos ofereça um clima de segurança, começa por nos colocar na iminência da aventura, sacudindo passividade, comodismo e alienação. Ajuda-nos assim, a viver como cristãos a aventura da fé na realidade do dia a dia, na procura do mais autenticamente humano e evangélico.

R. R.

PC e nos seus satélites sem revelância — constituem monopólio do PC e da sua organização paralela ao nível sindical.

A «Intersindical» não tem legitimidade nem competência, nem representatividade para se contrapor ao voto. Não pode substituir-se ao povo na escolha de partidos nem identificá-los ou não com os trabalhadores.

A que título apenas satélites do PC serão «partidos» e se excluem, por exemplo, os grupos de extrema-esquerda iniludivelmente ligados às classes trabalhadoras?

A que título a exclusão do P.P.D., o segundo maior partido de trabalhadores, que obteve o voto de um terço da população, ou seja, mais do dobro dos colhidos por outro grande partido, o PC e cinco vezes mais do que os outros convidados — MDP, MES, FSP — todos somados?

Pretende numa palavra, a «Intersindical» que o povo português, libertado em 25 de Abril de 1975 encontre novos senhores e novas ditaduras.

Pretende-se, novamente, a unicidade monolítica e imposta, em vez da unidade.

Dizemos não às ditaduras. Dizemos não às actuações anti-unidade que, na prática, mais uma vez desmentem as palavras bonitas e tranquilizantes de quem fala, mas não pratica a democracia.

Lamentamos ainda que a irresponsabilidade e a falta de patriotismo dos «convindantes» tenha procurado, sem o conseguir, cobrir, com o nome do Presidente da República e do Primeiro Ministro, bem como do Conselho da Revolução, uma manobra de sectarismo, contra o povo português e a democracia.

Apesar das provocações e até agressões de que foram alvo os nossos militantes, comemorámos em unidade e alegria, o 1.º de Maio, manifestando-nos nas ruas de Lisboa, sem entrar no Estádio onde se desenrolava a falseada festa da unidade dos trabalhadores.

Acabámos esta tarde de festa com um comício na praça José Fontana, onde falaram, perante os milhares de pessoas que nos acompanhavam, alguns oradores do P.P.D.

Vivemos o 1.º de Maio, pela independência nacional!

Noutros comunicados daremos conta da participação do PPD nas celebrações do 1.º de Maio em todo o País.

Viva a Unidade dos Trabalhadores Portugueses!

Viva Portugal!
A Comissão Política Nacional do Partido Popular Democrático

Lisboa, 1 de Maio de 1975

PORQUE NÃO POSSO SER COMUNISTA

Compreende-se o susto do público português que, num abrir e fechar de olhos, deu de caras com a impressionante existência do partido comunista nas zonas industrializadas e no meio intelectual ou estudantil.

— Que diz você a isto?

— Digo que a tática do anti-comunismo, durante meio século utilizada, a tática do ferrolho, da repressão e da tortura, é contraproducente; digo que um partido que sofreu violência e martírio, mais que nenhum outro conquistou o direito ao respeito; digo que a clandestinidade a que andou sujeito foi aproveitada para a formação de chefes e quadros, dentro duma seriedade e disciplina admiráveis; digo que a sua luta contra as injustiças sociais que esmagavam as classes mais humildes pode arvorar-se em modelo aos olhos de quantos não querem que ninguém seja explorado por alguém; digo que, na presente e difícil conjuntura portuguesa, Álvaro Cunhal e o seu naipe têm sido exemplo do bom-senso e maturidade.

— Você até parece um deles!

— Se pareço, não sou. E não posso sê-lo pelas seguintes razões: um cristão é espiritualista, enquanto que a filosofia do comunismo é materialista; um cristão não pode negar, seja a quem for, mesmo que pertença à «burguesia», o exercício dos direitos e liberdades fundamentais do homem, enquanto que todos os fundadores do comunismo têm como necessária a ditadura do proletariado, retirando a quem não for do proletariado qualquer participação activa na vida política; o cristianismo não permite, como método, o uso a frio da violência, enquanto que, segundo a doutrina marxista, a violência só acabará quando a revolução proletária reconhecer que os inimigos do proletariado acabaram de vez; o cristianismo parte da certeza de que a raiz do mal não morrerá no homem, e por isso ele nunca será perfeito, nem na Terra haverá Paraíso, enquanto que a ideologia marxista visiona para depois da luta pelo poder e sua completa solidificação, a utopia do paraíso na Terra povoado de homens, todos já super-santos, sem precisão de Estado nem de Autoridade!

Eis porque a lucidez cristã não pode casar-se com o pensamento filosófico comunista.

— E então que fazer?

— A minha pena é ouvir esta pergunta: quem a faz, infelizmente, não sabe que fazer, tão afastado anda daqueles ideais que, existindo, fecundam necessariamente as realidades terrestres...

Não se trata por isso — dado o saber e a experiência da Europa, que já temos obrigação de utilizar em Portugal — de favorecer e pregar uma guerra religiosa anti-comunista, alistando todas as forças reacçãoárias, como se a Igreja fosse o último reduto (vergonha para o Evangelho!) dos que, por motivos económicos, ainda agora dividem os homens em classes, umas onnipoderosas e outras na miséria.

Isso nunca: se há divergências radicais entre o marxismo e o cristianismo, também há convergências.

E a maior convergência é lutar, mas de verdade, pela justiça social. Se a miséria for vencida, porque foi vencida a exploração; se desaparecer o privilégio de só os ricos governarem, porque todos foram chamados à participação directa na governação cimeira e de base; se todos usufruírem do necessário à dignidade — então o ideal revolucionário perderá o viço e a violência.

URBANO DUARTE